



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639188 - SP (2021/0005507-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : THAYS DOS SANTOS ANDRADE MELO
ADVOGADO : THAYS DOS SANTOS ANDRADE MELO - SP389779
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NECO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NECO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA (*Habeas Corpus* n. 2273259-15.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a segregação cautelar, ao argumento de que estão fundados em elementos genéricos e na gravidade abstrata do delito. Defende o cabimento de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição por prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva está fundamentada, em princípio, na gravidade concreta do delito, revelada pelo intuito de introduzir drogas no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, tendo sido mencionado que as circunstâncias do crime são indicativas de relação com o crime organizado e facções criminosas (fl. 29).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente